



**FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA-FAMEP**  
**CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JULIANA BRITO DO NASCIMENTO**

**O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO: UM ESTUDO NA AGÊNCIA  
DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – ADH EM TERESINA-PI**

**TERESINA-PI**

**2018**

**JULIANA BRITO DO NASCIMENTO**

**O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO: UM ESTUDO NA AGÊNCIA  
DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – ADH EM TERESINA-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Sob orientação da Prof.<sup>a</sup>. Esp. Glaucyane Kardoso.

**TERESINA-PI**

**2018**

Dedico este trabalho a memória do meu pai Samuel, por ter me apoiado e ficado ao meu lado, foi um grande exemplo de ser humano, na qual, tinha toda à minha admiração e amor, e durante a sua existência não mediu esforços para que eu chegasse nessa nova etapa da vida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda a força, não me deixando desanimar nos momentos de dificuldade, por todo o amor, por ter me guiado sempre pelos melhores caminhos. Jamais teria conseguido sem a sua presença em minha vida.

À minha mamãe Desterro, pelo apoio e dedicação, tendo permanecido constantemente ao meu lado nas situações difíceis e, por todo o estímulo, sem desistir de mim e continuamente, por ter me mostrado que eu poderia ir além.

Ao meu filho Samuel, que foi o meu grande incentivador, me fez enxergar a vida de uma forma mais bonita. Foi por você, meu filho, todo esse esforço.

Aos meus irmãos, João e Jardel, que me impulsionaram a buscar os meus objetivos e me acompanharam até as paradas de ônibus. Sou grata, por cada ato de apoio.

Às minhas amigas de turma, Aline e Luana, pelo companheirismo e carinho, foram muitos momentos felizes e tristes ao lado de vocês, mas conseguimos superar juntas. Vocês ficarão para sempre no meu coração.

As minhas amigas de trabalho, Renata Brito e Stefanny Cardoso, por todo apoio, por todas as palavras de incentivo, por levantar sempre minha autoestima. Vocês foram demais.

Aos professores da FAMEP, pelo comprometimento, em especial, Denise Costa, Jairane Escócia, Polyana Rufino, Erivan Andrade, Dagmar Barbosa e Mayara Alves, que de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

À minha orientadora, professora Glaucyane Kardoso, pelo acompanhamento e orientação, e por ter me incentivado quando pensei que não seria possível. Obrigada!

“Eu queria ter na vida simplesmente um lugar de mato verde pra plantar e pra colher, ter uma casinha branca de varanda, um quintal e uma janela para ver o sol nascer”.

Altemar Dutra (S/D).

## RESUMO

O presente estudo trata da atuação do profissional de Serviço Social na Política de Habitação, compreendendo como funciona o processo de trabalho do assistente social, com objetivo geral de: compreender a atuação do profissional do assistente social na Política de Habitação na Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) em Teresina-PI, e como objetivos específicos: compreender como funciona a interação do profissional de Serviço Social com os demais funcionários da organização; entender os entraves encontrados por ele em seu ambiente de trabalho e suas estratégias para superá-los. Esta pesquisa é qualitativa, ligada a questões particulares, com sua ocupação nas Ciências Sociais, trabalha com significados, motivos, ações e valores, constituiu-se por meio de uma averiguação mais aprofundada sobre o assunto, abordando o caráter exploratório diante da proporção e afinidade com o problema, a pesquisa bibliográfica foi de fundamental relevância nesse estudo, que foi fundamentado em vários autores que trataram do Serviço Social e da Política de Habitação no Brasil, dentre os autores de base, destaca-se: lamamoto (2001), Piana (2009) e Silva (1989). A pesquisa de campo foi realizada na ADH, onde fomentou possibilidade de coletar os dados da pesquisa, com aplicação de 1 (um) questionário junto a 1 (uma) assistente social, que prontamente respondeu a entrevista revelando os resultados que foram analisados através do método dialético. Pode-se dizer, que com os resultados pode-se concluir que a política na área da Habitação teve vários avanços, porém, muitas pessoas ainda necessitam de uma moradia digna, e o profissional do Serviço Social na ADH, tem como principal objetivo a garantir direitos a população que demanda por moradia e direitos sociais. Contudo, infelizmente, o processo de trabalho do assistente social para viabilizar o acesso a moradia, ainda está longe de ser uma assertiva para todos.

**Palavras-chave:** Política de Habitação. Serviço Social. Processo de trabalho.

## ABSTRACT

The present study deals with the work of the Social Work professional in Housing Policy, understanding how the social worker's work process works, with the general objective of: understanding the social worker's work in the Housing Policy in ADH in Teresina-PI , and as specific objectives: to understand how the interaction of the Social Work professional with the other employees of the organization works; understand the obstacles encountered by him in his work environment and his strategies to overcome them. This research is qualitative, linked to particular questions, with its occupation in the Social Sciences, works with meanings, motives, actions and values, was constituted by means of a more in depth investigation on the subject, approaching the exploratory character before the proportion and affinity with the problem, the bibliographic research was of fundamental relevance in this study, which was based on several authors that dealt with the Social Service and Housing Policy in Brazil, among which the following authors stand out: Iamamoto (2001), Piana (2009) and Silva (1989). Field research was carried out at the ADH, where it encouraged the possibility of collecting research data, with the application of one (one) questionnaire to 1 (one) social worker, who promptly answered the interview revealing the results that were analyzed through the method dialectical. It can be said that with the results it can be concluded that the policy in the area of Housing has had several advances, however, many people still need a decent dwelling, and the professional of Social Service in ADH, has as main objective to guarantee rights that demand for housing and social rights. Unfortunately, however, the social worker's work process to enable access to housing is still far from being an assertion for all.

**Keywords:** Housing Policy. Social service. Work process.

## LISTA DE SIGLAS

ADH – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL  
BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO  
BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO  
CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL  
CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL  
COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR  
FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO  
IAPS - INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
IBH – INSTITUTO BRASILEIRO DE HABITAÇÃO  
LBA – LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
MCMV – MINHA CASA MINHA VIDA  
MTS – MOVIMENTO SEM TERRA  
OGU – ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO  
ONG'S – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL  
PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO  
PAIH – PLANO DE AÇÃO IMEDIATO PARA A HABITAÇÃO  
PNHR - PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL  
PPP – PERFIL PROSSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO  
SFH – SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO  
SNHIS – SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE



## SUMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO: Histórico e processo de trabalho no acesso ao direito à moradia.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Origens e Trajetória do Serviço Social no Brasil.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Processo de Trabalho do Assistente Social.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Atuação do Assistente Social na Política de Habitação.....</b>	<b>25</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 Tipos de Pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2 Caracterização do Local da Pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>3.3 Caracterização do Sujeito da Pesquisa.....</b>	<b>42</b>
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>44</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema “Habitação e Serviço Social”, e abordará a atuação do assistente social na Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) em Teresina-PI. A realização da mesma, justifica-se primeiramente, pelo interesse profissional da pesquisadora, que deseja trabalhar com a Política de Habitação, pois durante o processo acadêmico, pouco se aborda o processo de trabalho voltado para áreas específicas como a habitação, de tal forma, abordar o exercício da profissão em uma organização habitacional, revela-se instigador para saber como problema: “Como funciona a prática do assistente social na política de habitação na ADH?”

Diante da hipótese para essa pergunta, acredita-se que este indivíduo sofre dificuldades ao tentar pôr em prática seus projetos, pelo fato de ter que sempre seguir o regimento da instituição, limitando o seu trabalho. Outra provável dificuldade enfrentada estaria ligada ao relacionamento com outros profissionais da organização, isto porque, a pensamentos diversos, na concepção da pesquisadora, pode haver desentendimentos entre os mesmos devido às opiniões divergentes.

Além disso, o tema possui considerável relevância social para a área acadêmica, contribuindo assim, para maior aprofundamento sobre o processo de trabalho do assistente social. Espera-se com este estudo despertar inquietação nos acadêmicos, para que busquem refletir mais sobre a temática, também, para que possam estar informados sobre a atuação profissional dentro dos espaços sociocupacionais do Serviço Social, sendo este, o profissional faz intervenção, mediação e viabilização dos direitos dos usuários na efetivação de políticas públicas e sociais, com a Política Habitacional.

O objetivo geral é compreender a atuação do profissional do assistente social na Política de Habitação na ADH em Teresina-PI Para isso, partiu-se dos seguintes objetivos específicos: compreender como funciona a interação do profissional de Serviço Social com os demais funcionários da organização; entender os entraves encontrados por ele em seu ambiente de trabalho e suas estratégias para superá-los.

Para compreender a atuação do assistente social na Política de Habitação na ADH, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos: Primeiramente, na

introdução foi relatado resumidamente os objetivos do estudo, bem como sua relevância.

O segundo capítulo, contextualizou historicamente o Serviço Social no Brasil, trouxe o Movimento de Reconceituação e a contribuição para o processo de trabalho do assistente social, ainda, foi abordado o contexto histórico da Política de Habitação e a atuação profissional do assistente social nas organizações habitacionais.

O terceiro capítulo, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram explanados, de acordo com o percurso realizado, com os tipos de pesquisa, a caracterização do local, a ADH, relatando o histórico e estrutura da instituição, e caracterizou o sujeito de pesquisa, a assistente social da ADH entrevistada.

O quarto capítulo, tratou do trabalho do assistente social na ADH, discorrendo sobre os objetivos dos programas habitacionais na organização, a maneira como se efetiva a Política de Habitação na inclusão dos usuários nos programas, e revela as atribuições, relações e os principais desafios da prática para garantir o direito à moradia aos usuários. Finalmente, no último capítulo, apresenta-se as considerações finais com a conclusão do presente estudo científico.

## **2 SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO: Histórico e processo de trabalho no acesso ao direito à moradia.**

Neste capítulo, aborda-se a origem do Serviço Social como profissão no Brasil, abordando o processo de trabalho e as conquistas alcançadas pelos profissionais ao longo de décadas, desde a questão social até o Movimento de Reconceitualização que reconstruiu a prática do Serviço Social, com instrumentos de atuação e a retrospectiva norteadora reformuladas no Códigos de Ética da Profissão.

### **2.1 Origens e Trajetórias do Serviço Social no Brasil**

A gênese do Serviço Social partiu das demandas da sociedade capitalista a fim de solucionar conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia, período no qual a profissão seguia uma linha conservadora, e preservava as tradições existentes na época.

O Serviço Social tinha a intenção de cultivar a profissão para que não houvesse mudanças no modo de atuação e que ela continuasse da mesma forma como iniciou, ou seja, mantendo forte ligação com os capitalistas e a Igreja Católica, e, conseqüentemente, obedecendo às suas normas.

O Serviço Social no Brasil nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e de agir na sociedade capitalista, no bojo de um movimento reformista conservador (IAMAMOTO, 2001, p. 219).

Outra tese que defende a gênese do Serviço Social é de que o nascimento da atividade possui relação com a Igreja Católica. Suas raízes cristãs estão no assistencialismo, na benevolência, em situações emergenciais, pelas famosas damas da caridade. A instituição era responsável por controlar todo o processo de ajuda aos que mais necessitavam. “As origens do Serviço Social estão fincadas na assistência prestada aos pobres, por mulheres piedosas, alguns séculos atrás” (ESTEVÃO, 2013, p.7). As damas da caridade eram responsáveis por alimentar e vestir as pessoas que não tinham condições de se manterem.

Mesmo o Serviço Social tendo sua origem vinculada à Igreja Católica, com ideias de doação, benevolência e filantropia, foi o Estado que efetivou a criação de instituições para garantir a assistência necessária à sociedade. Abrem-se então novos campos de trabalhos para os profissionais da área (PIANA, 2009).

O Estado foi o principal responsável por viabilizar novos campos de trabalho para os assistentes sociais devido à grande demanda da população em busca das políticas públicas, pois a Igreja trabalhava com a ideia de ajuda aos mais pobres, enquanto o Estado preocupava-se com a garantia de direitos.

A prática profissional antigamente era imediatista. Os assistentes sociais resolviam a situação de uma determinada pessoa temporariamente, mas não tinham, de fato, interesse ou experiência para a resolução definitiva do problema.

Na prática imediatista, o cotidiano encontra-se saturado de atividades que, aparentemente, não se conectam ao antes e não se desdobram no depois. Esta prática simplesmente é o que a emergência determina e requer a pronta resolutividade dos problemas, das demandas que aparecem, mesmo que signifique passá-las adiante, por meio de encaminhamentos (COELHO, 2008, p.79).

A questão social, marcada por uma forte desigualdade, principalmente quando possui relação com a vida dos indivíduos em sociedade, foi o ponto decisivo para a regulamentação do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, no progresso e na composição da identidade da profissão.

A questão social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2009, p.6).

Os operadores desta função atuam nas causas mais reais da questão social, no intuito de garantir melhores condições de vida, representando no dia a dia dos trabalhadores papel bastante fundamental, garantindo os direitos dos cidadãos e adequando cada indivíduo às políticas públicas.

Os (as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas

pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2007, p.5).

É dever deste profissional, enquadrar o indivíduo nas políticas públicas de acordo com cada necessidade. Nesse sentido, o assistente social deve trabalhar diretamente a vida social do ser humano, para que todas as suas necessidades sejam atendidas.

O Serviço Social foi incluído na divisão social e técnica do trabalho como vendedor de sua força de trabalho. Os profissionais vendiam suas habilidades profissionais no propósito de garantir os direitos da sociedade, tanto diante das entidades públicas, como também particulares, fazendo uso de seus diversos instrumentos laborais.

Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. Neste sentido, desenvolve atividades na abordagem direta da população que procura as instituições e o trabalho do profissional e por meio da pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais (PIANA, 2009, p.85).

A formação dos primeiros profissionais do Serviço Social ocorreu através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Era baseada na forma de ensino da Igreja Católica da ajuda e da caridade. Buscava uma forma de orientação técnica da ação social que também espalhasse a doutrina social da Igreja. Afirma-se que:

Em 1932 foi inaugurado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo como primeira iniciativa de formação de “trabalhadoras sociais”, baseado no método de ensino da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, com orientação para a formação técnica da ação social e difusão da doutrina social da Igreja (ALBERNAZ, SILVA, 2009, p.168).

O Serviço Social está ligado às mudanças que ocorreram no Brasil com a finalidade de desenvolver ações missionárias e de evangelização para que pudesse controlar a sociedade juntamente com outras classes que faziam parte das transformações. O capitalismo, auxiliado e a Igreja queriam fazer com que o proletariado tivesse total submissão aos dois e obedecesse às suas normas, não se opondo às suas doutrinas.

O Serviço Social está intrinsecamente relacionado com as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto de recristianização da Igreja Católica e a ação de grupos, classes e instituições que integraram essas transformações (PIANA, 2009, p.88).

A profissão nasce, então, para conter os diversos conflitos que se passavam na época, pois a classe proletária já começa a reivindicar por melhores condições de trabalho e a Igreja tinha o intuito de converter a população para que houvesse total domínio sobre suas ações.

A primeira escola voltada para a área no Brasil surgiu em 1936, em São Paulo, com a intenção de capacitar profissionais para atuar nos vários âmbitos da questão social, com o intuito de atender as demandas resultantes dos conflitos da época. “Em 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do gênero no Brasil que, como era de se esperar, se liga à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo” (RAMOS, 2013, p.45).

O surgimento da instituição teve o incentivo da Igreja Católica, sendo criada para capacitar pessoas que pudessem atuar na área social, atendendo as diversas demandas que apareciam. Nessa época, o Estado não trabalhava com o assunto, portanto, o serviço era oferecido somente pela Igreja.

Nos anos 1940, surge uma escola de Serviço Social para a profissionalização somente de homens, na qual as aulas eram oferecidas gratuitamente pelo Estado com a intenção de levar o trabalho social aos presídios masculinos e aos locais reservados a menores infratores, já que as mulheres não podiam realizar atividades em locais destinados ao sexo masculino. Destaca-se que:

Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social de São Paulo, outra escola de Serviço Social, só que destinada a homens e com a oferta de bolsas gratuitas, subsidiadas pelo Estado. Essa iniciativa partiu da necessidade de levar o trabalho social para os presídios masculinos, bem como para instituições de internação e correção de menores (ALBERNAZ, SILVA, 2009, p.168).

Uma luta por melhorias de vida e sobrevivência fez com o que os operários se organizassem em busca de valorização no que se refere ao trabalho, o que era mal visto pelos burgueses, pois não queriam que a classe trabalhadora se rebelasse

e fosse reivindicasse seus direitos. Por isso, sempre se buscava unir o Estado e a Igreja Católica para desmotivar os movimentos organizados pelos trabalhadores.

A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade, levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. Unindo-se ao Estado e a Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias, como força disciplinadora e desmobilizadora do movimento proletariado (MARTINELLI, 2001, p. 122).

A forma pela qual o proletariado passou a se mobilizar quando percebeu o trabalho excessivo em que era submetido e os baixos salários, resultou no descontentamento. Isso fez com que os burgueses buscassem estratégias para manipular os trabalhadores.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), foi criada para dar suporte às famílias dos soldados que estiveram presentes na Segunda Guerra Mundial. A fundação da instituição teve como responsáveis as primeiras-damas, com iniciativa de Darcy Vargas, esposa do presidente do Brasil na época, Getúlio Vargas.

Ao final do Estado Novo e devido ao ingresso do Brasil nas fileiras aliadas durante a Segunda Guerra, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência através do Decreto-Lei Nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, como ação da primeira-dama, Darcy Vargas (MARCANTONIO, 2017, p.2).

A prática profissional dos assistentes sociais era de total dependência, pois recebiam ordens dos capitalistas e deviam atuar de acordo com seus mandamentos. Estes tinham a intenção de controlar os trabalhadores para que não provocassem rebelião. Para isso, precisavam do apoio do assistente social. No entanto, devido às mudanças ocorridas no país, houve alterações no Serviço Social, tanto na prática como na formação profissional.

A prática dos assistentes sociais era de subalternidade, agiam como meros executores de políticas sociais, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, agiam como mantenedores da ordem e controle da sociedade. Com a reorganização da sociedade por parte do Estado, foram feitas mudanças no país que refletiram modificações ao cenário do Serviço Social em dois âmbitos: o da prática e da formação profissional (VIANA, CARNEIRO, GONÇALVES, 2015. p.02).



O assistente social atuava em instituições privadas ou públicas. Esses espaços necessitavam de um profissional atualizado, que pudesse solucionar as demandas presentes, que tivesse uma postura moderna diante das pendências, que levasse em conta as exigências de uma racionalidade nesse meio modernizador e que fosse compatível com as normas dessa racionalidade (NETO, 2005).

Com a grande exploração da relação entre capitalistas e proletariado, os primeiros se viram incomodados pelas buscas por melhores condições de vida por parte do proletariado, que já que este lutava por seus direitos. Porém, o Serviço Social deve servir à classe dominante e não aos trabalhadores no seu trato com a questão social, até como uma forma de manter o controle e a ordem, ameaçada por este fator.

A profissão surgiu, quando houve um grande processo de industrialização e urbanização no país, quando os trabalhadores foram trocados pelas máquinas. Houve, então, considerável aumento habitacional na zona urbana. Com isso, o aumento da emergência por esses profissionais surgiu a fim de controlar o descontentamento da sociedade e impedir qualquer tipo de avanço no país. Em 1953, foi autorizado o curso de ensino superior para Serviço Social, sendo a atividade regulamentada em 1957.

Quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país. A emergência da profissão encontrava-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, Igreja Católica e Estado Vargasista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país. O ensino de Serviço Social foi reconhecido em 1953 e a profissão foi regulamentada em 1957 com a lei 3252 (FOSCARINI, 2009, p.15).

Esse surgimento acelerado está relacionado às classes dominantes que buscavam impedir que os trabalhadores pudessem protestar contra elas e ocasionar qualquer tipo de progresso. Os ricos tinham a ideia de que o Serviço Social poderia acalmar os trabalhadores e evitar que os mesmos fossem à busca por seus direitos.

O forte desejo de rompimento com a atividade desenvolvida de maneira tradicional fez com que fossem realizadas várias reuniões com diversos profissionais da área para que pudessem discutir o tema. Alguns queriam mantê-la como uma profissão conservadora e outros que houvesse uma modernização.

O desejo de romper com o Serviço Social tradicional contribuiu para a formação de grupos de discussão dentre os profissionais assistentes sociais, culminando com debates ao longo dos vários congressos nacionais periódicos da categoria e delimitando os espaços de pensamentos, entre conservadores – os que queriam manter a perspectiva tradicional, e aqueles modernizadores – um novo projeto com vistas à transformação social (ALBERNAZ, SILVA, 2009, p.169).

O Movimento de Reconceituação ocorreu no ambiente latino-americano. Apesar disso, deixou marcas no Serviço Social brasileiro e foi debatido em vários congressos organizados pela categoria. Tinha a intenção de desvincular com o Serviço Social tradicional e lutava por transformações na estrutura capitalista.

A Reconceituação, ou Reconceptualização profissional, é um movimento datado, que ocorreu no âmbito latino americano e teve reflexos no Serviço Social brasileiro. Este emergiu em 1965 e se esgotou por volta de 1975. Propunha a ruptura com o tradicionalismo profissional e se baseava na luta por transformações na estrutura capitalista (BASTOS, 2013, p. 372).

O processo de reconstrução da função necessitou do desenvolvimento de um profissional que reconhecesse a existência de diversas posições sociais, tivesse uma visão crítica da realidade, atuasse de maneira interventiva e que soubesse lidar com a questão social, priorizando sempre a igualdade entre os indivíduos.

O processo de renovação do Serviço Social implicou a construção de um pluralismo profissional, ou seja, a existência de diferentes aportes teórico-metodológicos que vieram embasar a legitimação prática e a validação teórica da profissão (TINTI, 2015, p. 50).

O Movimento de Reconceituação resultou em um esforço para que a ação dos profissionais se tornasse conveniente com a realidade em que a sociedade vivia, trazendo uma aparência mais crítica sobre a visibilidade da profissão. Consistiu em um movimento de afronta ao Positivismo, sendo contrário também ao funcionalismo e à fundamentação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social.

O movimento de Reconceituação brasileiro foi mais uma adequação aos áureos anos de milagre e a modernização do Serviço Social para as exigências do momento, em que é o Estado quem dirige o

processo de modernização da sociedade brasileira (ESTEVÃO, 2013, p. 38).

Foi um momento em que o profissional teve que adequar as suas práticas e à situação que se passava no país. Foi preciso uma construção de métodos e técnicas próprias de acordo com a demanda de cada indivíduo. Nessa perspectiva, foi uma renovação dos conceitos e do agir profissional. Além de ser um momento de grande relevância para os atuantes na área, simbolizou um marco decisivo na construção profissional da área. O Marxismo teve uma forte influência na articulação do projeto profissional do assistente social, pois, direcionou sua formação com o projeto e as leis profissionais.

O processo de construção do projeto profissional ocorreu mediado pelo marxismo, direcionando a formação profissional do assistente social para a conformidade com o projeto e a legislação profissional, sendo necessária a apreensão desta teoria enquanto fundamento para o exercício profissional (ZACARIAS, 2016, p.67).

O Movimento de Reconceituação se deu em três direções: a Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura. A primeira foi a que iniciou a abordagem e buscava contextualizar o Serviço Social aos acontecimentos da época, apesar da busca por uma profissão moderna, ainda mantinha um pensamento conservador.

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós - 64 (NETTO, 2005, p.154).

Durante a difusão da perspectiva modernizadora, houve a criação de dois documentos que foram bastante cruciais para o avanço na profissão. O primeiro foi o Documento de Araxá, elaborado em 1967, que tinha como objetivo teorizar a atividade principalmente no campo metodológico, influenciando na continuação de uma profissão conservadora, enquanto que o Documento de Teresópolis, feito em 1970, foi completamente diferente, pois abordou uma metodologia influenciada pela norte-americana (SILVA, 2013).

A reatualização do conservadorismo busca a restauração da base teórico-metodológico, que mesmo ligada ao pensamento católico tradicional, desejava novos traços de modernidade (BASTOS, 2013). A intenção de ruptura veio para separar definitivamente a prática do tradicionalismo profissional procurando adquirir novas ações e métodos de atuação do assistente social.

O evento que marcou profundamente a categoria na época, o Congresso da Virada, representou uma oportunidade de mudanças na atividade. Com a abertura de novos horizontes, não se tinha mais um domínio conservador e uma profissão baseada na caridade. Construiu-se uma nova forma de atuação, na qual a luta agora acontecia ao lado da classe trabalhadora, em defesa de seus direitos.

O “ano da virada”, como ficou conhecido 1979, é marcado por um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo, dando-se a rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais, também de São Paulo, com vitória da chapa de oposição, na busca do fortalecimento do movimento sindical no interior da categoria (SILVA, 1995, p. 40).

Avanço para a profissão, mais oportunidades de trabalho e novos campos de atuação. Levando em consideração também melhorias para a população, a sociedade teria agora um profissional que pudessem lhe dar a assistência necessária. No seguinte tópico será abordado o processo de trabalho do assistente social, dando ênfase à regularização do Serviço Social como curso de ensino superior, a criação do Código de Ética Profissional e as suas reformulações, e as técnicas e instrumentos utilizados pelos por aqueles que exercem a função em seus espaços ocupacionais.

## **2.2 Processo de Trabalho do Assistente Social**

O profissional de Serviço Social deve ter um olhar crítico, inovador, preparado para lidar com diversos desafios que surgem na instituição, deve estar por dentro dos avanços teóricos, metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão, possuir características críticas e mobilizadora, habilidades para agir individualmente e coletivamente (MARCOMIM, 2016). Deve ter uma visão articuladora, a fim de detectar possíveis dificuldades futuras no agir profissional tornando a prática mais produtiva.

A instrumentalidade pode ser considerada como a eficácia de articular e mobilizar certo instrumento norteado pela técnica. Dessa forma, não é algo isolado, mas inserido dentro de um movimento em que se relacionam mutuamente (SANTOS, SANTOS, SILVA, 2012). Essa capacidade que o profissional possui de manusear certo instrumento é o que define sua eficiência em relação à sua prática.

A intervenção profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade dispõe de diversas possibilidades de instrumentais técnico-operativos (como por exemplo, as Visitas Domiciliares e Institucionais, as Entrevistas, os Relatórios e Pareceres Sociais, a Observação Social, dentre outros) (AMORIM, 2013, p.12).

O assistente social enquanto um profissional mediador necessita de instrumentos de trabalho para que possa atender as demandas que surgem na instituição, e o mais importante é saber utiliza-las em cada situação que surge. O cotidiano do operador desta função muda de acordo com cada pleito, conseqüentemente, os instrumentos também sofrem alterações. Os assistentes sociais dão instrumentalidade às suas ações quando modificam suas técnicas e os instrumentos de acordo com cada caso.

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadores de instrumentalidade (GUERRA, 2000, p.02).

Os instrumentos são de suma importância no cotidiano profissional do assistente social, dando um norte nas decisões do mesmo. No entanto, o seu agir não se limita somente a eles.

Os instrumentos são essenciais no exercício profissional, já que os mesmos norteiam a ação profissional, entretanto o agir profissional não se restringe aos instrumentos, mas também na forma como são operacionalizados, ou seja, na capacidade que o profissional tem para fazer a utilização dos mesmos (SANTOS, SANTOS, SILVA, 2012, p.10).

Cada demanda possui particularidade única e o profissional deve optar pela técnica que ele acredita que irá suprir a necessidade do indivíduo, sempre tendo em vista melhorias e resultados positivos, e que a resolução não seja temporária, mas sim definitiva.

Cabe lembrar que cada demanda apresentada tem especificidades próprias, por isso vai do profissional fazer as escolhas das técnicas peculiares para melhor atender as necessidades de seus usuários e assim conseguir resultados positivos, não apenas de forma imediatista, mas a médio e longo prazo (BAVARESCO, GOIN, 2016, p.02).

O assistente social é um profissional que tem como característica a criatividade e técnicas próprias, pois existe uma diversidade de demandas na instituição nas quais o mesmo possui a capacidade de adaptar as suas variedades de métodos em cada situação. É um profissional intelectual, no qual envolvem estudos, leituras, dedicação, empenho, é capaz de desvendar a realidade.

O Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição — o requisito imprescindível — do seu trabalho profissional (GUERRA, 2007, p.06)

A ética está relacionada com o comportamento e as ações dos indivíduos, como estes se comportam diante de uma situação, se agem de má fé ou de boa-fé. Esta ação vai variar de pessoa para pessoa, pois cada uma possui um modo de pensar e agir diferente.

A ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamento, escolhas, motivações, que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano (BARROCO, 2001, p.06).

É importante destacar que a ética pode haver alterações de acordo com cada grupo, ou seja, cada grupo de profissionais possuem suas particularidades, mais

mesmo assim é de extrema importância a sua utilização pelos profissionais, pois é através da ética que o profissional transparece seus valores e o respeito aos usuários.

Sendo a ética profissional algo muito particular a cada grupo, ainda assim há um aspecto significativo que deve ser observado por todo e qualquer profissional liberal, o qual pelo seu próprio objeto de trabalho que é a vida precisa ter em mente, que é o respeito à dignidade humana (OLIVEIRA, BORGES, CUNHA, CARVALHO, 2017, p.02).

A ética no âmbito profissional do assistente social é voltada para a ação moral através de sua prática, tendo assim, um código de ética para orientá-lo a agir conforme os deveres e valores instituídos no mesmo.

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de ética profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexo e como ação ético-política (BARROCO, 2001, p.12).

A principal característica da ética institucional é a relação que o profissional tem com as pessoas, que vão à busca de seus direitos, seu comportamento diante de determinadas situações, buscando sempre garantir a dignidade humana e o bem-estar no seu local de trabalho (SILVA, 2007). Para ter uma postura ética, o assistente social deve procurar soluções para resolver a demanda, agindo continuamente com boas intenções e não desistir no primeiro empecilho.

O primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social foi criado em 1947, com influências européias, inspirado pela Igreja Católica, sem nenhuma interferência do estado. Buscava orientar a prática e nortear o assistente social, dando prestígio para a atividade que não era regulamentada como categoria profissional (OLIVEIRA, CHAVES, 2017). Todavia, não foi suficiente para se obter uma boa prática profissional, necessitando de reformulações no Código para que a classe pudesse trabalhar com mais autonomia.

Em 1965 e 1975, o Código sofreu alterações, que, ainda assim, foram consideradas insuficientes, obrigando o surgimento de outro em 1986, rompendo com a prática tradicionalista, que visava fortalecer os interesses da sociedade e não das classes burguesas (SILVA, 2007). A prática profissional não mudou quase nada,

havendo a necessidade de criação de um código que pudesse satisfazer as necessidades de atuação de forma modernizada.

Em 1988, foi criada a Constituição Federal, um marco importante no reconhecimento de direitos e garantias, tanto social como individual. Sua decisão foi fruto de vários debates entre diversos setores da sociedade. A Constituição foi de grande importância, pois efetivou valores fundamentais de uma sociedade aberta (RANGEL, SILVA, 2009). Este conjunto de normas teve papel fundamental no que diz respeito à garantia de direitos, além de permitir a participação popular em seu desenvolvimento.

Após discussões com expressivo número de profissionais de todo país, o Código sofreu alterações mais uma vez em 1993, sendo aprovado o quinto Código de Ética, uma vitória para a categoria profissional que já reivindicavam por melhores condições de trabalho.

Somente em 1993, após um rico debate com o conjunto da categoria em todo o país, foi que mais uma vez o Código sofreu alterações, para melhor, e foi aprovada a quinta versão do Código de Ética Profissional do Assistente Social, instituída pela resolução 273/93 do CFESS, na qual ressalta e tem como prioridade o aumento e a concretização da cidadania (SILVA, 2007, p. 02).

Com a nova regularização do Código de Ética Profissional do Serviço Social, notou-se um grande avanço para a profissão, além da garantia de melhores condições de trabalho e um guia aos profissionais em suas atuações nas organizações, com a finalidade de nortear o profissional, assegurando assim, melhores condições de trabalho.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p.77).

Existe certa dificuldade em manter os princípios éticos no ambiente de trabalho. Alguns profissionais não cumprem com estes valores, deixando de seguir o



Código de Ética da profissão. Nos anos 1990, houve diversas transformações na profissão de Serviço Social, nas quais o profissional foi obrigado a se envolver com as diversas manifestações da questão social, que envolvem difíceis condições de trabalho e as punições por parte dos capitalistas aos trabalhadores.

Neste processo contraditório, o Serviço Social na década de 90 se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias no qual é desafiado a compreender e intervir nas configurações e manifestações da “questão social”, que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea (YAZBEK, 2009, p.16).

Percebendo assim, o problema enfrentado por parte da categoria, foi criado na década de 90 do século passado, o Projeto Ético-Político do Profissional de Serviço Social, para que viabilizasse maior evolução na atuação deste profissional e também, buscando expressar aumento na reação à questão social. Essa conquista foi coletiva, pois, a classe buscava uma maturidade para que pudesse lidar com a questão social.

Foi implantado, na década de 1990, o Projeto Ético-político do Serviço Social, fruto de uma organização coletiva e de uma busca de maturidade que possibilita a profissão formular respostas qualificadas frente à questão social (PIANA, 2009, p. 102).

O Código de Ética informa tanto os direitos do profissional como os deveres; retrata algumas situações que não podem ocorrer na instituição, como por exemplo, o vazamento de informações pessoais de alguém que necessitou de atendimento assistencial; e orienta a realização de tarefas relacionadas somente ao seu campo de atuação.

O Código de Ética Profissional de assistentes sociais, por exemplo, estabelece direitos e deveres que, no âmbito do trabalho em equipe, resguardam-lhes o sigilo profissional, de modo que estes/as não podem e não devem encaminhar a outrem informações, atribuições e tarefas que não estejam em seu campo de atuação (BRASIL, 2011, p.26)

O Serviço Social é um curso de ensino superior. A profissão é regulamentada por lei que tem o intuito de direcionar os profissionais dentro de seus locais de trabalho, de orientá-los como devem agir dentro das organizações de

acordo com cada demanda, para que haja, assim, melhores resultados, e garantir o direito de todos os cidadãos. “O Serviço Social consiste em profissão oriunda do ensino superior, devidamente regulamentada pela lei nº 8.662/1993, e se caracteriza pela intervenção na realidade social” (LIMA, 2009, p.134).

O assistente social trabalha com a realidade do indivíduo em sociedade, intervindo para que os menos favorecidos tenham oportunidades dentro da mesma, sejam vistos e tenham seus direitos assegurados. Para alcançar tais objetivos, utiliza métodos diferentes para solucionar cada demanda.

O próximo capítulo discorre sobre o que ocasionou o aumento da população na zona urbana enfatizando todo o histórico habitacional, o Movimento Sem Terra (MST), a criação dos primeiros programas voltados para a habitação, a Constituição Federal de 1988, dando destaque ao art. 6º, o surgimento do mais recente programa do Governo Federal, o Minha Casa, Minha Vida; e a atuação do assistente social no âmbito habitacional.

### **2.3 Atuação do Assistente Social na Política de Habitação**

A moradia é entendida como uma necessidade humana e já passou por várias transformações. É uma luta antiga, que mesmo diante de tantas mudanças, ainda há bastante o que evoluir. Considerada uma necessidade básica de todo ser vivo, na zona rural ou na zona urbana, a moradia é comparada à alimentação e uso de vestimentas, fatores que possibilitam uma vida digna e com cidadania. As características da habitação podem mudar de acordo com cada classe social, mesmo assim, é sempre preciso morar (RODRIGUES, 1989).

O processo de urbanização sofreu um aumento após a industrialização. Houve crescimento no número de produtividade, o que chamou a atenção dos trabalhadores rurais. Devido à grande necessidade de mão de obra, pessoas foram forçadas a saírem das zonas rurais em busca de empregos na zona urbana, e conseqüentemente, procuravam melhores condições de trabalho e salários maiores para que pudessem sustentar a si e suas famílias.

Tal processo tornou-se mais nítido com o incremento da fase de industrialização, provocando o deslocamento da força de trabalho existente nos campos, atraída progressivamente para as cidades junto às quais se localizam as indústrias em expansão, estimulada

pelos melhores níveis salariais existentes, somado a outros fatores, tais como as atrações de bem-estar, promoção à velhice, à infância e à maternidade. Logo se verificou que tal aspiração era quimérica e, dentre todas as manifestações características do processo de urbanização, avulta a do aparecimento de núcleos de habitações subumanas, com todo o cortejo de mazelas sociais e morais (MATIAS, SANTOS, 2009, p.30).

Além da busca por melhores condições de trabalho, a população rural foi também atrás de maior qualidade de vida e de sobrevivência, assim como, meios para manter a família e garantir o seu bem-estar. Logo, a essas pessoas perceberam era apenas ilusão e não havia nada do que imaginavam. O que realmente lhes esperavam eram más condições de trabalho, baixos salários, e ainda, um grande aumento de habitações irregulares em favelas, que veio acompanhado de intensa desigualdade social e moral.

Alguns aspectos contribuíram para o crescente aumento da urbanização das grandes cidades. Tanto o fim da escravidão, com o surgimento de serviços autônomos, quanto o aumento dos trabalhos nas indústrias, influenciou no aumento populacional urbano. “Tanto o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre quanto o aumento da industrialização tiveram influência no aumento da população urbana” (RUBIN, BOLFE, 2014, p. 202).

A industrialização fez com que diversos trabalhadores rurais saíssem do campo em busca de novas oportunidades de trabalho nas cidades. Um fator que também influenciou o aumento da população foi a chegada dos imigrantes europeus que vieram trabalhar no campo e também nas indústrias brasileiras (MOTTA, 2017).

Devido ao grande número de trabalhadores residindo em moradias inadequadas, o Governo, então, decidiu dar créditos para as empresas privadas para que estas pudessem oferecer casas aos seus funcionários. Porém, não obteve sucesso, pois a classe trabalhadora não podia pagar, escolhendo aquelas moradias de menor preço, e que, conseqüentemente, eram inapropriadas.

Inicialmente, a primeira medida do governo brasileiro foi oferecer crédito às empresas privadas para que elas produzissem habitações. Todavia os empresários não obtiveram lucros com a construção de habitações individuais, devido à grande diferença entre os preços delas e das moradias informais (MOTTA, 2017, p, 01).

O país passou a sofrer uma forte mudança na distribuição demográfica com a superlotação nas grandes cidades. O que ocasionou essa superlotação foram as transformações na produção das indústrias, resultando no surgimento de vagas de emprego. Devido à pouca condição de vida no campo, os trabalhadores se viram obrigados a saírem de suas moradias em busca de trabalho nas grandes cidades.

Ao longo do século XX, o Brasil vivencia um processo de urbanização dos mais intensos, havendo grandes mudanças na distribuição demográfica em seu território. Dispersa e heterogeneamente distribuída pelo espaço rural, sua população passa a confluir para as cidades, sendo esta movimentação diretamente associada às transformações na estrutura produtiva, a concentração de oportunidades de trabalho e serviços nas cidades, aos investimentos predominantemente urbanos, as inovações tecnológicas, entre outros (PEQUENO, 2008, p.02).

As oportunidades, junto com o surgimento de novas vagas de emprego, e o desenvolvimento tecnológico também foi um dos motivos que atraiu os trabalhadores rurais, que abriram mão de seu trabalho no campo em busca de serviço nas grandes indústrias. Cada vez mais favelas nasciam para abrigar as pessoas que não tinham condições de morar em lugares apropriados. Houve, assim, uma grande extensão de terra, culminando no crescimento absurdo da cidade (MATIAS, SANTOS, 2009).

O crescimento exagerado das cidades surgiu inicialmente no Rio de Janeiro, nos anos 1930. Com o surgimento das primeiras favelas, que inicialmente, apareceram de forma tímida, foi possível observar tempos depois seu crescimento com grande rapidez. A habitação se tornou um grande problema social.

Ocorreu, então, intensa exploração dos trabalhadores, com péssimas condições de trabalho e baixos salários. O empregado não custeava as suas necessidades básicas, como alimentação, e muito menos retirava o valor necessário para a sua habitação. Nesse sentido, o funcionário procurou trabalhar mais, com cargas horárias excessivas, ficando sobrecarregado. Tudo isso no intuito de ampliar o capital para satisfazer todas as suas necessidades, que mesmo assim ainda era insuficiente.

A habitação se constitui no problema social para a força de trabalho no contexto da superexploração que tem caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a retirada do salário

do valor respondente por uma habitação que abrigue o trabalhador e sua família, obrigando-o a lançar mão de estratégias variadas, e, sobretudo precárias para se reproduzir como força de trabalho, e o que representa interesse para a reprodução e ampliação do capital (SILVA, 1989, p. 34).

Tendo em vista a péssima situação da moradia, os empresários se aproveitavam dos empregados, usando essa justificativa para que eles trabalhassem cada vez mais, ampliando assim seu capital. Só começa a ser planejada uma política para habitação a partir da década de 1930. Após a Revolução de 30, com um movimento armado, que resultou no Golpe de Estado, houve, assim, um relevante avanço na industrialização e urbanização do país.

Foi nesse período que a ciência e a técnica ganharam maior importância, pois buscavam meios de embelezar a cidade e acabar com as moradias inadequadas. Foi a época em que as dificuldades urbanas passaram a depender totalmente do social.

A partir do fim da década de 1930, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social (MOTTA, 2017, p. 2).

Durante este ínterim, o Estado tomou a questão da habitação para si e passou a sofrer pressão tanto por parte dos trabalhadores, quanto dos empresários. Já que não tinham condições de pagar alugueis, os empregados passaram a reivindicar por melhores salários. Com a fixação do valor dos alugueis, aconteceu uma queda no mercado de construção para esse fim. Como resultado, ocorreu um enorme aumento em áreas periféricas, sem nenhuma infraestrutura, chamando atenção para o imprevisto.

Na década de 1930, no auge do Estado Novo, a urbanização acelerada leva a que o Estado tome medidas mais efetivas, habilitando os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS) das diferentes classes trabalhistas a criarem suas carteiras prediais, reduzindo taxas de juros, ampliando prazos de pagamento. Além disso, da decretação da lei inquilinato, congelando os alugueis entre os anos de 1942 e 1964, viria a esfriar o mercado de construção para locação, trazendo como efeito o crescimento das cidades através

loteamento periférico sem infraestrutura onde a autoconstrução e o pequeno empreiteiro predominaram (PEQUENO, 2008, p. 03).

Durante o período ditatorial, a urbanização experimenta um crescimento considerável, quando o Estado é obrigado a intervir, capacitando os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) das variadas classes existentes no âmbito trabalhista a criarem suas carteiras de convênio habitacional, limitando taxas e aumentando os prazos para efetuação de pagamentos.

Com a construção de novas habitações, o Estado trata os assuntos relativos à favela como caso de polícia, levando à remoção de muitas famílias e à criação de uma política para a extinção dessas comunidades (MOTTA, 2017). A atuação do assistente social na área da habitação tem início no surgimento das favelas, no processo de industrialização. O profissional foi convocado para solucionar o problema do aumento dessas migrações para a zona urbana.

Na área de habitação a influência da perspectiva franco-belga e norte-americana, na prática dos assistentes sociais em favelas, se revela a partir dos anos 40 com o aumento da favelização decorrente da intensificação do processo de industrialização que atraiu um grande número de migrantes das regiões mais pobres do país afetadas pela seca. Os assistentes sociais são chamados a participar na solução desse “problema” desenvolvendo uma prática de caráter tutelar exercida através da ação educativa e da viabilização da assistência e de outros serviços concretos (GOMES, 2007, p.04).

Durante o mandato de Dutra na presidência do Brasil, a habitação popular foi um ponto forte para que se pudesse manter a ordem na zona urbana, sendo usada para garantir uma aproximação junto aos trabalhadores dessas localidades. Esse mandato ocorreu entre os anos de 1946 e 1950 (SOUZA, 2005).

Devido à precarização da habitação e da procura por uma moradia adequada, foi criada a Fundação Casa Popular, o que representou a marca principal da política habitacional, com a intenção de levar moradia para todos, inclusive para a população de classe baixa.

A Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão em escala nacional criado com a finalidade de oferecer habitação popular ao povo em geral. Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao

edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986, p.25).

Além do financiamento de casas, a Fundação Casa Popular era responsável também, pela infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, bem como, estudos e pesquisas sobre a habitação. Leva-se a entender que o problema habitacional se limita à moradia de um indivíduo, quando, na verdade, o que podemos observar é que houve pouco avanço econômico e financeiro.

Durante o mesmo governo, tentou-se transformar a Fundação em um banco que pudesse hipotecar as habitações, tornando a política habitacional uma política que pudesse sustentar a si própria, mas não teve sucesso no período, sendo implantado somente no Governo Jânio Quadros, com a proposta de criação do Instituto Brasileiro de Habitação (IBH).

Em 1953 houve uma tentativa de transformar a Fundação em banco hipotecário, tornando a política habitacional autossustentável, mas a proposta só foi adiante no período Jânio Quadros, com a proposta de criação do Instituto Brasileiro de Habitação (IBH) (SOUZA, 2005, p.31)

Nos anos de 1964, período em que o país foi governado por militares, ocorreu a extinção da Fundação Casa Popular, sendo substituída pelo Plano Nacional de Habitação, o primeiro grande plano criado pelo governo militar, no intuito de estimular a economia, para que ocorresse o desenvolvimento do país, avanços nas gerações de empregos, crescimento do setor da construção civil entre outros. Buscavam controlar e garantir o equilíbrio da sociedade (MOTTA, 2017).

O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi um dos herdeiros da Fundação Casa Popular. Possuía funções semelhantes, sendo que ambas foram criações do Governo, para ter uma melhor aproximação dos trabalhadores urbanos, usava da administração populacional, com a conquista da casa própria.

Anos depois, o Banco Nacional da Habitação (BNH), que viria a ser um dos herdeiros da Fundação, teria sua instituição determinada por motivações análogas. Ambas foram iniciativas de governos que sucederam a administrações populistas e que acenavam com a casa própria como um meio de angariar legitimidade e alcançar penetração junto aos trabalhadores urbanos (AZEVEDO, ANDRADE, 2011, p.20).

O Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o BNH (Banco Nacional da Habitação) não tiveram uma trajetória simples, sendo dividida em etapas. A primeira delas foi a origem e expansão do BNH e das COHABs (Companhia de Habitação Popular). Nesta fase, foram financiadas moradias para o “mercado popular”, com cerca de 40% dos investimentos, durante os anos de 1964 a 1969.

O segundo momento, ocorrido entre 1970 a 1974, foi marcado por uma crise do SFH, juntamente com o enfraquecimento das COHABs. Ambos passavam por uma grande crise financeira devido à inadimplência de muitos beneficiados (AZEVEDO, ANDRADE, 2011). Com a criação desses projetos houve uma diminuição bastante significativa no número de desabrigados, mais devido ao não pagamento das parcelas por parte dos beneficiários, os programas foram perdendo força.

Com a criação do Banco Nacional, era possível utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar uma casa. No entanto, devido à grave crise econômica, um expressivo número de pessoas ficou desempregado, ocasionando a diminuição do benefício e uma grande quantidade de indivíduos se tornou inadimplente, resultando no fechamento do Banco Nacional em 1986.

O Banco Nacional de Habitação foi criado em 1964 e utilizava os recursos do FGTS para financiamentos habitacionais. Com a piora das condições econômicas e o aumento do desemprego, tanto o fundo diminuiu consideravelmente seus ativos como aumentou a inadimplência dos mutuários, levando ao fechamento do banco em 1986 (JARDIM, SILVA, 2015, p.138).

O Movimento dos Sem Terra (MST), surgiu na zona rural após várias lutas. Foi uma época em que o país enfrentava grande agitação na política. Com o esgotamento do milagre econômico deixado pelos militares, buscava-se a redemocratização do país. A partir de várias lutas no campo, o país vive uma intensa agitação política com o esgotamento do milagre econômico e a crise econômica deixada pelos militares, em prol da luta pela redemocratização do país (ARANTES, OLIVEIRA, 2013, p.07).

Ocorreu uma intensa crise financeira que afetou os investimentos do SFH, levando ao fechamento do BNH, repassando suas funções para a Caixa Econômica Federal, que passou então, a ser responsável por financiamentos Habitacionais. “Na década de 1980, a crise financeira compromete mais gravemente os investimentos



do SFH, culminando na extinção do BNH em 1986, que transfere para a Caixa Econômica Federal suas funções” (MOTTA, 2017, p.06).

Todo indivíduo tem o direito de viver com dignidade, ter padrão de vida adequado e atendimento de suas necessidades. A moradia está diretamente ligada à liberdade, ao direito de ir e vir, que é garantido ao ser humano, assegurado, inclusive, no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual caracteriza a privação da liberdade como crime de cárcere privado. Conforme a mesma:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988)

A Política Nacional de Habitação tem como principal objetivo garantir a moradia digna para todos, em especial aos de menor poder aquisitivo, permitindo assim, sua inclusão na sociedade, sendo coerente com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Cidade, que determina a função social da propriedade com as normas do atual governo.

Coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática, a Política Nacional de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social (BRASIL, 2004, p. 29).

Quando Fernando Collor de Mello assumiu a presidência da república em 1990, momento no qual as políticas brasileiras passaram a ter uma forte orientação neoliberal que encerrou no aprofundamento da crise da área habitacional (BOTEGA, 2007). Devido a essa crise, a habitação ficou cada vez mais distante de ser realidade para todos.

Nesse mesmo governo, foi criado o Plano de Ação Imediato para a Habitação (PAIH), que tinha como objetivo financiar 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas (MOTTA, 2017). Esse plano, foi criado para que o direito à moradia fosse assegurado em um tempo mínimo. Porém, devido à forte

procura por habitação e pelo estabelecimento de um curto período para a conclusão das obras, não foi possível sua execução.

A atuação do governo durante o curto espaço de tempo em que Collor ficou no poder, de 1990 a 1992, caracterizou-se por uma política habitacional pouco consistente e a coerência de que se esperava com planos e ações voltadas à população mais necessitada acabou mais uma vez se tornando grande decepção ao não se aplicar de forma eficiente e eficaz os recursos, assim como ocorreu também nas outras áreas de atuação de seu governo (NOAL, JANCZURA, 2011, p.165).

A política habitacional durante o seu mandato não foi coerente, pois, esperava-se por planos de ações que beneficiassem as famílias de baixa renda. Todavia, tornou-se mais uma vez insuficiente, não sendo aplicados os recursos como era necessário. Durante o Governo Itamar, que aconteceu entre os anos de 1992 e 1994, houve a criação de dois importantes programas: Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo o financiamento de moradias para a população carente (MOTTA, 2017).

Esses programas foram de extrema importância para o desenvolvimento da Política de Habitação no Brasil, já que eram voltados à população que não tinha condições de ter moradia e que precisavam parcelar para poder obter. Um grande avanço para a habitação. Mesmo com o fim do governo de Itamar Franco, os programas Habitar Brasil e Morar Brasil ainda permaneceram, sofrendo apenas algumas modificações. O Habitar Brasil passou a se chamar “Habitar Brasil/BID”, em 1998. Serviram também de incentivo na criação de outros programas habitacionais (SOUZA, 2002). Os programas ainda continuaram sendo executados, só que com algumas mudanças, sendo utilizados de exemplos para o surgimento de novos. O Habitar Brasil foi estabelecido através de um empréstimo entre vários órgãos públicos.

O Programa Habitar Brasil BID, implantado a partir de 1999, criado por meio do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), da contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os do BID. Objetivou intervenções em assentamentos subnormais de regiões metropolitanas e capitais por meio de subprogramas: desenvolvimento institucional de Municípios e urbanização de Assentamentos Subnormais (SILVA, 2013, p.04).

Durante toda essa luta social, surgiu a necessidade de criação de uma organização federal voltada para as políticas urbanas. No entanto, foi somente no Projeto Moradia que foi formado o Ministério das Cidades. No âmbito do movimento urbano, houve a criação deste órgão, que defendia uma reforma urbana e a democratização no país.

O Ministério das Cidades foi formulado claramente após o Projeto Moradia, e sua elaboração foi baseada em três principais problemas sociais, que afetam a população das cidades, são eles: a moradia, saneamento ambiental e o transporte da população (MARICATO, 2006).

O projeto referido foi feito com o intuito de buscar uma análise geral da questão habitacional no país. Desde o princípio, os coordenadores estabeleceram que não fosse um programa de governo, mas que envolvesse todos os níveis, como os setores privados, entidades não governamentais, entre outros, objetivando fazer com que a moradia fosse vista como uma prioridade e que fosse acessível a todos os cidadãos que necessitassem, sem qualquer desigualdade.

O Projeto Moradia surgiu no âmbito do Instituto Cidadania como uma proposta para buscar um equacionamento global da questão da habitação no Brasil. Desde o início, as diretrizes estabelecidas pelos coordenadores do Projeto deixavam claro que não se tratava de um programa de governo para a campanha presidencial, mas da montagem de uma estratégia geral – envolvendo todos os níveis de governo, setor privado, ONG's, Universidades, movimentos sociais etc. –, que objetivava transformar a moradia numa prioridade nacional, visando, num prazo a ser determinado pela proposta, a garantir a todo cidadão brasileiro uma moradia digna (BONDUKI, 2008, p.90).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi fundado em 2005 pela lei nº 11.124, como resultado do primeiro projeto com determinação popular no movimento da reforma urbana, buscando garantir auxílio da população de baixa renda a uma moradia adequada e a construção de um ambiente de moradia justo, igualitário e humanizado (CARDOSO, 2012).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) se firmou no Brasil em Janeiro de 2007. Enquanto programa voltado para a centralização de planejamentos e o seguimento da infraestrutura, no intuito de aceleração sustentável, com o crescimento da produção e a superação dos desequilíbrios regional e social, se

envolveu também em ações conjuntas, incentivando o aumento do crescimento brasileiro.

O PAC foi colocado em prática no Brasil em janeiro de 2007. De acordo com o Governo Federal, trata-se de um programa que centraliza os planejamentos e acompanhamentos da introdução de infraestrutura, facilitando a aceleração do desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, com o envolvimento em ações conjuntas, como as PPPs (governo e iniciativa privada), impulsionando o crescimento econômico do Brasil (Brasil, 2007) (JARDIM, SILVA, 2015, p.62).

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi criado pela medida provisória nº 459 de 2009. Logo virou a lei n. 11.977, de 7 de julho, após uma grande luta pela habitação por parte das classes menos favorecidas, onde buscava construir moradias em curto prazo (JARDIM, SILVA, 2015). Com a criação desse programa, houve redução no número de pessoas desabrigadas.

O Minha Casa, Minha Vida contribuiu para diminuir o problema habitacional e os riscos de impacto da crise internacional da economia brasileira. O programa buscou contemplar as famílias com menor poder aquisitivo, que ganhavam até três salários mínimos. Nessa perspectiva, a questão dos problemas habitacionais só será resolvida se houver a contribuição de recursos públicos por parte do governo (REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO, 2009).

O maior entrave da habitação é a moradia inadequada. Em relação às necessidades básicas, o Estado deve fazer todo o esforço para garantir à totalidade da população melhores condições de vida e o acesso aos serviços apropriados. Deve existir um serviço sustentável, infraestruturas essenciais para a saúde, segurança, conforto, água potável, energia, saneamento e iluminação. Todos os direitos humanos são componentes necessários para uma moradia digna.

O maior fator de inadequação é a carência de infraestrutura, caracterizada pela ausência de atendimento adequado em um ou mais serviços básicos, como iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo (SILVEIRA, JUNIOR, 2011, p.34).

O que mais contribui para uma moradia precária é a falta de assistência em relação aos serviços básicos. Na maioria das vezes, o difícil acesso às favelas é o

principal motivo para essa falta desse subsídio. Para que a população possa ter uma moradia digna, é fundamental que todas as políticas públicas estejam presentes naquele determinado local, tendo todas as suas necessidades básicas atendidas.

Todos os cidadãos possuem direito à residência. Dessa forma, há uma forte ligação entre moradia digna e a liberdade do indivíduo, pois com uma moradia digna, o indivíduo possui liberdade de ir e vir com cidadania, sendo este um direito garantido por lei.

O direito de moradia está intimamente ligado ao direito de liberdade, que é um dos direitos fundamentais do ser humano, tutelado inclusive pelo direito penal, que cuida dos bens mais importantes da sociedade e tipifica privação da liberdade como crime de cárcere privado (CARDOSO, 2012, p.22).

Infelizmente, a realidade é que devido à grande demanda, ainda existe um número extenso de pessoas sem local para morar e centenas de casos de famílias que vivem em área de risco. A Política Nacional de Habitação é incapaz de satisfazer a necessidade de toda a população e não consegue fornecer o benefício para toda a sociedade, o que a torna falha.

O assistente social tem papel fundamental no combate à desigualdade na esfera da habitação, com o objetivo de promover sempre o bem-estar social dos usuários que necessitam de uma moradia de qualidade, assegurando não só a residência, mas também melhor qualidade de vida, através das políticas públicas.

Na área habitacional, o assistente social tem responsabilidades específicas e cruciais para dar um respaldo à desigualdade habitacional. Promover a cidadania dos usuários da política habitacional consiste em uma delas. Hoje a habitação de qualidade não é vista apenas como o acesso à moradia, e sim o acesso ao saneamento básico, mobilidade urbana, sustentabilidade e responsabilidade ambiental (ALVES, SILVA, 2014, p.138).

Os profissionais trabalham no planejamento da política, sempre em busca do acesso à moradia para população, que está relacionada também com os fundamentos éticos do assistente social, que trata sobre a busca de direitos, no intuito de trazer dignidade para os que vivem em estado de vulnerabilidade social.

Os assistentes sociais se inserem nos espaços de gestão, execução e monitoramento da Política Habitacional, com a concepção de direito à moradia que vem ao encontro ao compromisso ético-político profissional, fundamentado nos princípios de justiça social, equidade, democracia e cidadania (BRAGA, VASCO, SOUSA, SAUER, 2007, p.06).

A atuação do assistente social na habitação foi promovida com o intuito de garantir os direitos desses moradores das grandes favelas, e que fossem tratados de forma igual àqueles que moravam formalmente. Sendo assim houve a procura por profissionais que fossem capazes de solucionar o “problema”, através de ações educativas e também da assistência e de outros serviços, tornando o profissional um agente útil.

Essa intervenção profissional era fragmentada, constituída de ações pontuais e localizadas, fora de um contexto de políticas sociais mais amplas que ampliassem os direitos de cidadania e garantissem aos habitantes das favelas o mesmo estatuto de cidadania dos habitantes da cidade formal (GOMES, 2007, p.4).

O Serviço Social na habitação é direcionado para garantir o desenvolvimento da comunidade. Trabalha no processo de adaptação das famílias e deve acompanhá-las após a ocupação. Ocorre que muitas vezes, o grupo familiar não consegue se adaptar, pois já possuía vínculo com o lugar onde morava, mesmo sendo em área de risco e termina abandonando a comunidade. Por essa razão, o profissional luta muito em prol dessa adaptação.

O Serviço Social se insere-se como assessor para o desenvolvimento da comunidade em seu novo âmbito habitacional: auxiliando o processo de adaptação das famílias e acompanhando o processo pré e pós-ocupação das mesmas através do trabalho social em habitação (HADDA, PETILO, SCHEFFER, 2013, p.01).

O assistente social deve inserir as famílias nas políticas públicas que são oferecidas pelo Estado, atentando-se para as necessidades de cada uma. No caso da área habitacional, o profissional trabalha desde a inscrição nos programas até o processo de adaptação. É de competência do mesmo o cadastramento dessas famílias em algum projeto habitacional para que possa ser feita a seleção das mesmas (HADDA, PETILO, SCHEFFER, 2013).

Os inscritos nos programas dessa natureza são pessoas de baixa renda, que não possuem casa própria, famílias que vivem em zonas periféricas, que não recebem atendimento de suas necessidades básicas, que vivem em zonas com risco de deslizamentos, entre outros.

Os usuários do Serviço Social – na área habitacional, são sujeitos sociais que não acessam uma moradia regular, ou seja, uma parcela significativa da classe trabalhadora, com renda familiar até 05 (cinco) salários mínimos, pagadores de aluguel, moradores de áreas de ocupação irregular e grupos organizados (BRAGA, VASCO, SOUSA, SAUER, 2007, p.06).

Esse profissional deve assegurar os direitos fundamentais da população, sair em defesa para que as necessidades sejam atendidas, buscar melhorias para a sociedade, diminuindo, assim, os conflitos e preservando a cidadania. O exercício dessa função exige atualização para que quem nela atue possa utilizar seus instrumentos corretamente e sem nenhuma dificuldade, conhecendo perfeitamente cada programa no qual vai inserir o usuário, sem esquecer-se dos seus princípios éticos.

O assistente social na habitação como em qualquer área de atuação deve garantir o acesso aos direitos e amenizar as expressões da questão social, na busca da equidade e da cidadania plena. Contudo, para isto ele deve estar atualizado profissionalmente para saber utilizar de forma correta seus instrumentos de trabalho, como as políticas e programas habitacionais, sem esquecer-se do compromisso ético-político da profissão (ALVES, SILVA, 2014, p. 144).

Dessa maneira, o responsável por essa função trabalha com diversas políticas assistenciais e se utiliza delas de acordo com cada demanda. Assim, trabalha diretamente no desenvolvimento da atividade, no atendimento daquelas pessoas que procuram a instituição em busca de serviços. Ele possui ainda vários tipos de instrumentos no campo do Serviço Social que são utilizados conforme a demanda surgida, como abordagem, observação, visita domiciliar, entrevista, reuniões, relatórios, são exemplos de alguns deles, deixando claro que os profissionais também utilizam de outras políticas públicas para desempenhar algum trabalho (HADDA, PETILO, SCHEFFER, 2013).

Durante toda a formação profissional do assistente social, há um preparo para que se possa atuar com equipes interdisciplinares, e muitos são os desafios que surgem para que esse trabalho seja desenvolvido. Isso porque, o assistente social é preparado para se inserir em vários campos, assim como, possui capacidade de exercer diversas atividades na instituição e ficar sobrecarregado, além de ter dificuldades em discutir certos assuntos com especialistas, pelo fato de ter uma visão mais generalizada.

Os assistentes sociais possuem potencialidades intrínsecas à sua formação para atuarem em equipes interdisciplinares, há que se reconhecer que muitos são os desafios para que o trabalho interdisciplinar de fato aconteça. Por ter uma formação generalista, o assistente social enfrenta por vezes, certa dificuldade em dialogar sobre uma determinada disciplina com um especialista. Ocorre também que por vezes, o assistente social acaba sendo o “faz tudo” na instituição, tendo sua profissão interpretada como um “assistente geral” (GOMES, 2016, p.09).

Outra dificuldade existente nessa relação interdisciplinar, se refere aos conflitos e a questão do poder. Existem profissionais, que desejam agir com maior autoridade que outros, consideram-se mais importantes, acreditam executar função superior, e que por esse fato, sua opinião é a mais válida. Isso ocasiona conflitos, afastamentos e falta de comunicação.

Outro desafio são as relações conflitantes e de poder, que permeiam a sociedade e que não podem ser negadas no interior de uma equipe interdisciplinar. A complementaridade versus a especificidade de cada profissão é muitas vezes questionada, podendo ocasionar distanciamentos, implicâncias e até mesmo rupturas no interior da equipe (GOMES, 2016, p.09).

É inquestionável a importância do trabalho do assistente social na Política de Habitação, pois é de extrema importância, mas há várias complicações quando se trata da realização do trabalho social nesta área, pelo fato de existir algumas dificuldades, atrapalhando o cumprimento do seu trabalho.

É inegável a importância do trabalho social enquanto componente essencial para a política habitacional, entretanto, a atuação do assistente social neste âmbito esbarra em diversos entraves, o que dificulta o êxito de sua intervenção (HADDA, PETILO, SCHEFFER, 2013, p.04).



Além das relações com trabalhadores da mesma instituição, o profissional tem a necessidade de articular-se com outras redes assistências para que possa resolver com eficiência as demandas que aparecem, encaminhando o usuário para outros setores.

Intersetorialidade passou a ser requisitada na implementação de políticas setoriais à medida que não se atingiam os níveis de eficácia, eficiência e efetividade esperados, especialmente, no que se refere ao atendimento das demandas da população (PEREIRA, TEIXEIRA, 2013, p.122)

A atuação do assistente social na Política de Habitação é de extrema importância, pois, este é um profissional que trabalha com a garantia de direitos, buscado incessantemente a cidadania e o bem-estar dos usuários afetados pelos problemas da questão social. É um profissional que viabiliza direitos, garante o acesso a bens de forma igualitária, insere a população em serviços relativos à políticas públicas, programas sociais, a fim de garantir a cidadania (SILVA, SILVA, 2017, p.08). Cabe ressaltar que apesar de ser um profissional viabilizador de direitos, o assistente social ainda não tem muita autonomia nas decisões dentro das instituições, e são várias as dificuldades que o profissional se depara.

Ao ser chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais aos cidadãos, vê-se impossibilitado de efetivar as suas ações de maneira eficaz por depender inteiramente de recursos institucionais, condições de trabalho - que estão cada vez mais escassas - para operar as políticas sociais (SANTIAGO, GONÇALVES, 2012, p.5)

Apesar da grande importância do assistente social na habitação, o seu posicionamento ainda é muito dependente, pois depende muito das normas da instituição, e por mais que esteja ciente de seus princípios éticos, termina tendo suas decisões influenciadas pelas más condições de trabalho, por falta de recursos na instituição, e acaba não cumprindo corretamente a sua atuação. Para ter uma moradia digna e adequada, o usuário deve ter acesso à infraestrutura e as políticas públicas, que constitui uma forma decisiva de exercitar os direitos e deveres de cidadão.

### **3 METODOLOGIA**

Nesse capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, explanando os tipos de pesquisa, caracterizando o local, a Agência de Desenvolvimento Habitacional em Teresina-PI, e o sujeito que participou como amostra do estudo.

#### **3.1 Tipos de Pesquisa**

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e está ligada a questões particulares. Tendo sua ocupação nas Ciências Sociais, trabalha com significados, motivos, ações, valores, portanto, é um estudo mais aprofundado sobre o assunto (MINAYO, 2010). É considerada exploratória por possuir maior afinidade com o problema, envolvendo pesquisa bibliográfica e entrevista com pessoas que conhecedoras do problema em questão (GIL, 2008).

Foi realizada pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, formado principalmente por livros e artigos científicos (GIL, 2002). Houve também a utilização da pesquisa de campo, que objetiva maior aprofundamento sobre a realidade, tendo como característica a observação, a entrevista e interpretações sobre a situação da instituição (GIL, 2008).

A coleta de dados efetuou-se através de pesquisa semiestruturada, que está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com as perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Dessa forma, podem ser feitas indagações que não foram elaboradas (MANZINI, 1990/1991).

#### **3.2 Caracterização do Local da Pesquisa**

A pesquisa de campo foi realizada na Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH), localizada na Avenida José dos Santos e Silva, Nº 1155, Centro (Sul), Teresina-PI. Criada através da Lei Ordinária nº 5.644, de 12 de abril de 2007, o órgão é integrante da Administração Indireta do Poder Executivo, vinculado à Secretaria das Cidades. Tem como missão promover o estudo dos problemas da habitação popular em todo o estado do Piauí, com vistas à execução de obras e programas de construção e melhorias de unidades residenciais com atendimento à

população de menor poder aquisitivo, priorizando projetos que atendam às camadas pouco favorecidas na área de habitação e saneamento básico.

O prédio do órgão é composto pelo térreo e mais cinco andares, além da recepção. Possui ainda um grande número de salas, todas com ar-condicionado. A sala em que a entrevistada trabalha é espaçosa, pois a mesma divide o ambiente com outras assistentes sociais que trabalham na instituição. Há também outra sala menor utilizada para atender o usuário particularmente.

A ADH tem como objetivos promover o acesso da população piauiense à moradia digna e de qualidade, reduzindo o déficit habitacional no Piauí; trabalhar na produção e comercialização de moradias, com especial atenção para habitação de interesse social; atuar na área da melhoria, reforma ou substituição de moradias precárias e em áreas de risco; auxiliar nos processos de regularização fundiária de assentamentos, população quilombola e novos empreendimentos; atender segmentos de reconhecida carência: idosos, negros, mulheres e crianças em situação de risco, pessoas com deficiência, minorias; estudar, pesquisar, planejar e propor a política estadual de habitação prioritária para o Estado em sintonia com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades e em parceria com a União, Estado e Municípios; Intervir, onde for necessário, para aquisição de financiamentos e recursos destinados às diversas modalidades de projetos habitacionais (aquisição de terrenos e lotes urbanizados, material de construção).

Os serviços oferecidos pela instituição correspondem ao direito à moradia digna; projetos no eixo de Mobilização e Organização Comunitária, que prevê a integração dos moradores, objetivando uma boa convivência e relações de vizinhanças saudáveis; linha de crédito exclusiva para os servidores públicos estaduais adquirirem as suas casas próprias; bem como, realização de cursos que atendem ao Eixo Geração de Emprego e Renda do Projeto Técnico Social da Gerência de Serviço Social da ADH, como objetivo de qualificar os moradores, entre outros.

### **3.3 Caracterização do Sujeito da Pesquisa**

O sujeito da pesquisa é constituído pelo próprio assistente social atuante na área da habitação, no município de Teresina, trabalha na ADH. Dessa maneira, a amostra é formada por uma das profissionais da instituição. Informada pela

receptionista a localização do setor de Serviço Social. Ao bater à porta, o coordenador do setor atendeu. Ambos, coordenador e pesquisadora, se identificaram. O primeiro pediu que a estudiosa aguardasse um pouco. A mesma esperou por cerca de dez minutos.

Quando o coordenador trouxe a assistente social até o local onde a pesquisadora a aguardava, a profissional se apresentou e as duas, entrevistada e entrevistadora, deslocaram-se para uma sala onde o procedimento seria realizado.

Foi informada que seria uma pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde a mesma foi noticiada sobre os objetivos da entrevistadora, que apresentou o questionário, autorizando para que a entrevista fosse gravada. Durou aproximadamente 20 minutos, após a coleta dos dados, o áudio da entrevista foi transcrito na íntegra e analisado no capítulo que explora os resultados do estudo, onde a Assistente Social foi identificada como profissional da ADH, respeitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O capítulo seguinte trás perguntas e respostas coletadas através de um questionário e pesquisa de campo realizada com uma profissional de serviço social sobre a sua atuação na ADH.

#### 4 ANÁLISANDO OS DADOS DA PESQUISA

Aborda-se os dados coletados na pesquisa realizada na instituição Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) de Teresina-PI, com a Assistente Social, com a finalidade de compreender os desafios encontrados pelo assistente social na organização, analisando sua atuação junto à Política de Habitação.

Sabe-se que a habitação é direito de todos e dever do Estado, porém, devido à grande demanda essa garantia não é efetivamente promovida. A Assistente Social foi questionada sobre os objetivos dos programas habitacionais executados pela ADH atualmente:

Os objetivos dos programas habitacionais é sempre a oferta de uma moradia, cumprimento de um direito social do beneficiário, que tem direito à moradia. A ADH trabalha apenas com programas Federais, normalmente, eles já vêm com normas estruturadas pelos próprios programas e a gente faz o cumprimento disso. A execução de programas voltados para a produção de unidades habitacionais. Então, nosso trabalho é mais voltado para o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, PNHE rural. Nós não trabalhamos com o Programa Minha Casa Minha Vida em Teresina, trabalhamos em algumas cidades do interior, que os prefeitos não tem uma efetiva atuação nesse programa, ai existe uma possibilidade da ADH trabalhar, porque como nossa área de atuação é do nível Estadual, nós podemos trabalhar em qualquer município do Estado do Piauí (ASSISTENTE SOCIAL /ADH).

A principal objetividade dessas ações é a garantia de direito à moradia, cumprindo com um direito social. Na instituição são trabalhados programas federais, nos quais cada um já possui as suas normas e o órgão só trabalha de acordo com os critérios estabelecidos por cada um deles na habitação, e posteriormente executam os projetos voltados para a construção de habitação.

A ADH trabalha com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que é destinado a população que mora na zona rural, Programa Habitar Servidor Público Estadual, disponibiliza linha de crédito exclusivo para os servidores públicos estadual adquirir a sua casa própria, o Programa Nacional de Regularização Fundiária, que permite que pessoas que ocupam imóveis da união de forma irregular possam receber o título definitivo do imóvel, dentre outros. A instituição não trabalha com o programa Minha Casa Minha Vida em Teresina, somente em alguns municípios na qual os prefeitos não possui uma efetiva atuação no programa.

O trabalho do profissional nesses programas habitacionais é assistencialista, tendo como público-alvo pessoas de baixa renda e que habitam em locais de risco e de extrema pobreza, que, para ter uma vida digna, necessitam emergencialmente do apoio do Estado (SANTOS, 1999). A Assistente Social foi interrogada sobre o procedimento de inclusão dos usuários nesse tipo de ação executada pela ADH:

É aberto um processo de inscrição e cada programa, ele pode ter a sua característica. Tem critérios nacionais e podem ser incluídos critérios locais. A ADH, trabalha com uma grande demanda. É feita uma inscrição pública e a seleção também é feita através de um sorteio público. Após o sorteio, a gente analisa as condições de cada inscrito. Ele passa por uma triagem e depois ele se torna beneficiário, caso ele preencha os requisitos especiais de cada programa (ASSISTENTE SOCIAL/ADH).

Inicialmente, são feitas as inscrições e logo após, o processo de seleção. Neste, é analisada a situação de cada inscrito. Caso o candidato tenha todas as características necessárias que o programa exige, o usuário é contemplado. Vale destacar que cada programa possui características diferentes, podendo ser alterado de região para região, como por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida que é destinado à pessoa de baixa renda, famílias que moram em locais de risco e que chefe de famílias seja mulheres.

É garantida a moradia às pessoas que vivem em áreas vulneráveis e que possuem pouco poder aquisitivo. Por outro lado, há a necessidade da criação de políticas habitacionais eficazes para que a população possa ter suas necessidades atendidas. É essencial a inclusão desses usuários nessas ações, no ambiente urbano e na sociedade (MONTEIRO, VERAS, 2017).

Durante do processo da realização do projeto habitacional, o assistente social também tem participação. Ao ser indagada sobre as atribuições do Serviço Social na ADH, a profissional afirmou que:

Os nossos projetos sociais, a gente trabalha durante três etapas, o antes, durante e o pós. Então, desde o início, o Serviço Social já está desenvolvendo suas atividades, que são planejadas através de um projeto técnico social, que contempla vários eixos de atuação. Nós trabalhamos desde a avaliação e monitoramento. Trabalhamos os eixos de organização sanitária, ambiental, geração de renda, patrimônio, ações culturais e educações voltadas para saúde. Além do mais, tentamos fazer com que a nova moradia seja valorizada,

tem a questão da convivência comunitária (ASSISTENTE SOCIAL /ADH).

O Serviço Social é fundamental na área habitacional e trabalha em todas as etapas do projeto social, desde o planejamento até a execução. O assistente social tem vários eixos de atuação, o qual inclui a avaliação, planejamento, a organização sanitária do local, incentivando a população na geração de renda e projetos voltados à saúde. É importante destacar as habilidades que o profissional de Serviço Social possui em articular com as políticas públicas, a fim de garantir saúde, educação, segurança, assistência social, dentre outras para a população.

O profissional tenta fazer com que a nova habitação seja valorizada por parte do contemplado, e trabalha também com a convivência da população nos conjuntos habitacionais. E o principal propósito do assistente social na habitação é a garantir o direito à moradia, por isso, em todos os projetos, é necessário ter planejamento, gestão, execução, avaliação e monitoramento durante todo o processo de aplicação do programa, dando prioridade também à participação popular nas discussões relacionadas ao assunto (BRAGA, VASCO, SOUSA E SAUER, 2007).

Nas organizações desse segmento existem outros profissionais multidisciplinares. Para que possa ser feito um bom trabalho, é essencial que todos trabalhem de forma harmoniosa. Sendo questionada sobre como funciona a relação do assistente social com os outros profissionais e porque essa articulação é importante para efetividade da política, a entrevistada destaca que:

Na ADH temos uma cultura de trabalhar com uma forma bastante integrada. Trabalhamos com o pessoal da engenharia, trabalhamos de forma comitente. Isso vem já da antiga COHAB, que hoje, os programas exigem de fato. Não existe dificuldade de fazer esse trabalho em parcerias aqui não só com a engenharia, mais com a assessoria jurídica e com o pessoal técnico. Tem-se uma concepção de que o conhecimento, ele não é único. Todo mundo vai somando um pouquinho e construindo esse conhecimento. Ninguém é dono único de um conhecimento (ASSISTENTE SOCIAL/ADH).

Essa relação tem que ser satisfatória para todos e necessita tanto dos conhecimentos sociais quanto de outras áreas. A junção desse atributo faz com que a realização de determinadas atividades seja mais harmoniosa e produtiva. No desenvolvimento das atividades, é fundamental que todos os profissionais

contribuam com sugestões e opiniões, levando em conta que o conhecimento é bastante integrado e diferenciado.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, as relações dos assistentes sociais com outros profissionais precisam seguir algumas orientações, conforme o art. 10, o profissional tem que ser solidário com os outros profissionais, caso houver substituição de profissional, o mesmo deve repassar todas as informações necessárias para o substituto, incentivar a prática interdisciplinar, respeitar os princípios éticos dos outros profissionais e sempre que realizar uma crítica a outro profissional fazer de forma construtiva (BRASIL, 2012).

Os instrumentos são de extrema importância na atuação do profissional, e varia de acordo com cada demanda. Sendo questionada sobre os principais instrumentos utilizados pelos profissionais de Serviço Social na ADH, a profissional destaca:

Primeiramente utilizamos a abordagem, observação, se necessário fazemos visitas domiciliares, entrevistas, reuniões, relatórios, são alguns dos instrumentos que utilizamos para atender as pessoas que vem até ADH em busca de Habitação. Também utilizamos de outras políticas públicas para desempenhar o nosso trabalho (ASSISTENTE SOCIAL / ADH).

A profissional destaca alguns instrumentos utilizados para satisfazer as necessidades que surgem na instituição, relatando que necessita também acionar outras redes de atendimento para resolver a situação dos que procuram atendimento. O assistente social possui capacidade de mobilizar e articular os instrumentos necessários, dando respostas a sociedade a partir das demandas que surgem, tendo base as referências teóricas metodológicas, valores, princípios, estratégias, técnicas, que deem conta da grande demanda e da realidade social (COSTA, 2008).

As instituições possuem algumas dificuldades em relação à aplicação da Política de Habitação. Quando perguntada sobre os desafios encontrados para assegurar o direito à moradia, a Assistente Social destacou que:

A nossa clientela é aquela que chamamos de faixa 01. Nós trabalhamos basicamente com pessoas que ganham de um a três salários mínimos. Essa demanda é bastante significativa até porque as famílias hoje em dia mudaram bastante o perfil. A gente tem uma procura muito grande por moradia e não se consegue atender toda



essa demanda que ainda se procura por uma casa própria. Os conjuntos habitacionais estão cada vez mais distantes dos centros urbanos das cidades, estão sendo colocadas nas áreas, que a gente chama de periféricas, até porque, não existem mais próximos dos centros urbanos espaços livres, espaços físicos livres. Então, as pessoas estão morando cada vez mais distantes, e criando dificuldades para essas pessoas, que vão depender muito dos transportes públicos, e vão depender também que serviços públicos sejam instalados naquelas comunidades (ASSISTENTE SOCIAL /ADH).

A instituição trabalha com aquela clientela que tem menor poder aquisitivo. Assim, há uma procura muito grande por habitação. Hoje em dia, há vários tipos de família, o que fomenta ainda mais essa demanda. O maior desafio para alcançar esse objetivo é o fato dessas casas serem construídas longe dos centros urbanos, porque já é notável a superlotação nas zonas mais próximas desses centros. A realidade mostra que as famílias são contempladas e não ocupam a casa por não terem todas as suas necessidades básicas atendidas e terminam retornando para as más condições em que viviam.

Com o passar do tempo é que vão sendo implantados os serviços públicos na comunidade. Com relação às estruturas desses novos bairros, o usuário possui acesso à Política de Habitação, em contrapartida, se distância de outras políticas públicas, levando algum tempo para que todas elas sejam implantadas naqueles locais (SILVA, VENCESLAU, NETO, 2016).

Nesse sentido, o trabalho do profissional de Serviço Social é essencial na execução da Política Habitacional, havendo a necessidade de envolver outras áreas para que sua execução tenha resultado positivo. Dessa forma, a opinião de outros profissionais é fundamental. Apesar de a moradia ser um direito de todos, ainda existe um grande número de famílias desabrigadas, consequência da grande demanda.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo trata sobre a origem e a trajetória do Serviço Social e da necessidade do surgimento de profissionais que pudessem lidar com as problemáticas da questão social devido ao processo de urbanização no país, após a Revolução Industrial. A profissão se tornou, a partir da dificuldade encontrada pela sociedade capitalista, solucionador de conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia. Outra tese é com base na Igreja Católica, com a caridade e a prestação de serviços aos pobres pelas famosas damas da caridade.

Houve ainda a formação dos primeiros profissionais de Serviço Social, baseado em ensinamentos religiosos. Assim, a primeira escola brasileira especializada na área foi criada em São Paulo e teve como fundadora a Igreja Católica. A prática profissional era de dependência e submissão aos capitalistas, que tinham como prática controlar a indignação dos trabalhadores considerando que estes protestavam por melhores salários e condições de trabalho.

O Movimento de Reconceituação buscava quebrar a prática tradicional, necessitando de profissionais, que tivessem uma visão crítica sobre a realidade e lutassem pela modernização da atividade. Algumas perspectivas Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura, forma um grande avanço para a profissão.

No processo de trabalho do assistente social, ocorreu também, a criação do Código de Ética. As reformulações sofridas até o atual, trouxeram mudanças na prática profissional, dentre elas, a abertura de mais campos de trabalho e os instrumentos que são utilizados para se obter um bom resultado na demanda que surge.

O Serviço Social possui várias áreas de atuação: Assistência Social, Saúde, Previdência Social, Educação, Área empresarial, Área sócio jurídica, Meio ambiente, Habitação, entre outros. A moradia é fundamental para o ser humano e está inclusa nas necessidades básicas, o que garante o bem-estar e a cidadania. No entanto, nem sempre foi assim, levando algum tempo para que este direito fosse garantido por lei.

Devido à aglomeração nas grandes cidades, foi necessária a formulação de uma política habitacional juntamente com programas que viessem a assegurar o direito à moradia.

A criação do Ministério das Cidades lutava por uma reforma urbana e pela democratização do país. Foi baseado em três problemas sociais, sendo eles: moradia, saneamento ambiental e o transporte da população das cidades.

Houve a criação de programas na tentativa de solucionar a questão da falta de moradia, sendo o mais recente o Programa Minha Casa Minha Vida em 2009, buscou reduzir o problema habitacional. O mesmo tem como critério a priorização das famílias de baixa renda.

O assistente social defende a igualdade social e trabalha no planejamento das políticas públicas, buscando sempre a garantia de direitos, enquadrando os usuários nessas ações, participa do processo de inscrição e seleção e tem como desafio a adaptação dessas famílias nas comunidades, pelo fato de não existirem, todas as políticas públicas naquele determinado local, ocasionando, muitas vezes, no abandono das casas pelos contemplados, viabiliza os direitos a população, na tentativa de garantir o acesso a bens, inserção nas políticas públicas e programas sociais.

Mas ainda, existe muitos empecilhos no que diz respeito à autonomia dos profissionais, pelo fato de ter que seguir as normas institucionais, as más condições de trabalho, a falta de materiais na instituição para que possa ser feito atendimento as demandas, entre outros. Portanto, esse trabalho no âmbito habitacional é fundamental e de extrema importância, ainda possui um déficit considerável quando na afirmativa de ser um direito de todos. Na verdade, a demanda por moradia é enorme, e muitas famílias ainda vivem sem condições de um local digno de habitação.

## REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Ana Cristina Nascimento Peres, SILVA, Valéria Gonçalves da Costa. Assistente social: um profissional a serviço dos direitos, da cidadania e da justiça social. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 166-175, 2009.

ALVES, Adrícia dos Santos. SILVA, Patrícia dos Santos. **A atuação do assistente social na habitação sob a ótica dos novos espaços sócio ocupacional**, Aracaju | v. 1 | n.2 | p. 137-146 | Março. 2014.

AMORIM, Ricardo Guimarães. **O Serviço Social e os seus instrumentos e técnicas**: Uma análise da percepção da Abordagem com Grupo no meio profissional do assistente social, Brasília-DF, 2013.

ARANTES, Raíssa Cristina. OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e novos movimentos sociais**: um paralelo de seus projetos societários. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís-Maranhão, 2013.

AZEVEDO, S., and ANDRADE, LAG. Habitação e populismo: a Fundação da Casa Popular. In: **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, pp. 1-20. ISBN: 978-85-7982-055-7. Available from SciELO Books.

BARROCO, Lucia. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BASTOS, Amanda Suelen Ferreira. **A renovação do serviço social e vigência na contemporaneidade**, Nº 08, Lagarto - SE, 2013.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. 2008.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor**: urbanização e política habitacional no Brasil. V.08, n.17, 2007.

BAVARESCO, Letícia da Rosa. GOIN, Mariléia. **Instrumentalidade profissional do serviço social**: as mediações da prática profissional, Santa Rosa-RS, 2016.

BRAGA, Andréa Luiza Currealinho. Kelly Mengarda, VASCO. Tatiana de, SOUSA. Valquíria Aparecida, SAUER. **A perspectiva de atuação do assistente social na defesa do acesso à moradia e sua relação com o direito à cidade**, 2007.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. presidência da república. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10/04/2018

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos M.Cidades, nº 4, Brasília, 2004.

BRASIL, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**, Brasília (DF) – 2011.

CARDOSO, Leandro Vilela. **O direito à moradia e o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro, 2012.

COELHO, M. A. **A Imediaticidade na prática do Assistente Social**. 2008. 344f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

COSTA, Francilene S. d. M. **Instrumentalidade do Serviço social**: dimensão teórico metodológica, ético-político e técnico-operativa e exercício profissional. Dissertação (Mestrado), 2008.

CUNHA, Debora Santos. SOARES, Marielma Vieira. PIMENTEL, Pâmela Grazielle Rodrigues. **O assistente social na garantia de acesso à habitação**, São Luís-MA, 2017.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**, 8ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2013.

FOSCARINI, Marissane Damasceno. **O serviço social na área empresarial no segmento industrial Gaúcho**. Centro Universitário Feevale Novo Hamburgo, 2009.  
GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **O Serviço Social na área da Habitação – da tutela a mediação**, 2007, p.01-19.

GOMES, Nilvania Alves. **Serviço social e interdisciplinaridade: confluências e desafios**, 2016, p. 1-14.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

HADDAD, Tatiana Paula. PETILO, Kássia Schnepper. SCHEFFER, Sandra Maria. **O trabalho social em habitação com um campo de atuação do assistente social**. Ponta Grossa- 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

JARDIM, MC. and SILVA, MR. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?**-[Online]. São Paulo: Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 199. p. ISBN 978-85-7983-743-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

LIMA, MJO. **As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7983-037-2. Available from SciELO Books.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCANTONIO, Marcela Sanches. **A Legião Brasileira de Assistência e o processo de interiorização das políticas assistenciais em espaço escolar**, Brasília-2017.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das cidades e a política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Nº 12, Fevereiro, 2006.

MARCOMIM, Ivana **Instrumental técnico-operativo do serviço social**: livro didático / Ivana Marcomim, Walery Luci da Silva Maciel; design instrucional Marina Melhado Gomes da Silva. – Palhoça: Unisul Virtual, 2016.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATIAS, AM. SANTOS, CM. Direito de propriedade e direito à moradia. In LIVIANU, R., coord. **Justiça, cidadania e democracia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Pp.27-37. ISBN 978-85-7982-013-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o direito à cidade**, 2017.

MONTEIRO, Adriana Roseno. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão habitacional no brasil**. Mercator (Fortaleza) [online]. 2017, vol.16, e16015 Epub Aug 24, 2017. ISSN 1984-2201. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16015>.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NOAL, Edmilson Bolson. JANCZURA, Rosane. **A política nacional de habitação e a oferta de moradias**. (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 157 - 169, jan./jul. 2011.

OLIVEIRA, Antônia Rita de Cássia Carvalho de. BORGES, Bárbara Vieira de Araújo. CUNHA, Caroline Ribeiro Cardoso. CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. **ÉTICA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL: para além do Código de Ética**. São Luís – MA, Agosto – 2017.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de. CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão**. São Paulo, n-128, p.143-163, jan./abr. 2017.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima. TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social**, (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.

PEQUENO, Renato. Políticas **Habitacionais, Favelização e desigualdade sócio espaciais nas cidades Brasileiras**: Transformações e Tendências, 2008.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books

RANGEL, Helano Márcio Vieira. SILVA, Jacilene Vieira da. O DIREITO FUNDAMENTAL À **moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.6 n.12 p.57-78 Julho-Dezembro de 2009.

RAMOS, Ana Maria. **O que é Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

REVISTA BRASILEIRA DE HABITAÇÃO, Ano 01, nº1, Dezembro 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1989.

RUBIN, Graziela Rossatto, BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Revista Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36 n.2 mai-ago. 2014, p. 201-213.

SANTIAGO, Daniela Cristina Mazzini. GONÇALVES, Nayla Cristiana Beraldo. **Os desafios de efetivação da teoria na sistematização da prática profissional do assistente social**, Belo Horizonte-2012.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília, 1999.

SILVA, Alessandra Nicole de Oliveira. **Princípios norteadores para o exercício profissional**: Revisando o Código de Ética do Assistente Social, Três Lagoas-MS, 2007.

SILVA, Daniel de Araújo. VENCESLAU, Fábio Reis Fábio Reis. NETO, Fausto Amador Alves. **Produção do espaço urbano**: Análise sobre a oferta de serviços e equipamentos públicos em novas áreas habitacionais de interesse social em



Ituiutaba-MG. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 04, n. 25, 2016, pp. 18-32.

SILVA, Francismary de Amorim. O programa habitar brasil BID: sua trajetória na cidade de Cuiabá. **VI Jornada Internacional de Políticas públicas** São Luís – Maranhão, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira, versos e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Patrícia Rosalina da. SILVA, Marluce Souza e. **Atuação do Serviço Social no projeto ação integrada de combate ao trabalho escravo em mato grosso**, Florianópolis, 2017.

SILVEIRA, MFA. SANTOS JUNIOR, HPOS. org. **residências terapêuticas: pesquisa e prática nos processos de institucionalização** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011, 320 p. ISBN 978-85-.7879-123-0. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

SANTOS, Luzianne. SANTOS, Laísa Dias. SILVA, Rony Rei do Nascimento. **A prática do Assistente Social e a importância dos Instrumentos técnicos-operativo**. São Cristovão-SE, 2012.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Leda Mara de. **Análise comparativa das políticas habitacionais nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**. Itajaí, 2005.

TINTI, ÉC. Capitalismo, trabalho e serviço social. In: **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 31-74. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books.

VIANA, Beatriz Borges. CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho. GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **O movimento de reconceituação do serviço social e seu**

**reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**, Florianópolis – SC, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

YAZBEK, Maria C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social I: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ZACARIAS, Inez Rocha. **Marxismo e serviço social: a formação profissional em debate**. III Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família e I Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: crise, conservadorismo e resistência. | 2016 ISBN: 978-85-397-0963-2.

**APÊNDICE: Entrevista com a Assistente Social da ADH**

FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA-FAMEP

CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

**APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO**

- 1) Qual objetivo e programas habitacionais que são executados pela ADH atualmente?
- 2) Como os usuários são incluídos nos Programas Habitacionais executados pela ADH?
- 3) Discorra sobre às atribuições do Serviço Social na ADH?
- 4) Quais os instrumentos de trabalho utilizados na implantação da Política Habitacional?
- 5) Como funciona a relação profissional com os outros profissionais da instituição? E porque essa articulação é importante para a efetividade da Política?
- 6) Como você avalia a efetividade da Política, da prática profissional e quais os desafios encontrados para garantir o direito à moradia aos usuários?

**ANEXO I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA -FAMEP**

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo está sendo conduzido por Juliana Brito do Nascimento. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar a Faculdade do Médio Parnaíba –FAMEP, pelo telefone (86) 3221-5975

**ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA:**

**Título do Projeto: O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO: UM ESTUDO NA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – ADH EM TERESINA-PI**

**Pesquisador (a) Responsável:** Juliana Brito do Nascimento

Esta pesquisa tem por objetivo: Conhecer a atuação do Assistente Social na efetivação da Política de Habitação na ADH em Teresina-PI.

E por objetivos específicos: compreender como funciona a interação do profissional de Serviço Social com os demais funcionários da organização; entender os entraves encontrados por ele em seu ambiente de trabalho e suas estratégias para superá-los.

A entrevista será gravada e o que você disser servirá como registro.

Você tem direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

---

Juliana Brito do Nascimento

**PESSOA COMO SUJEITO:**

Eu, .....

Concordo em participar do estudo **O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO: UM ESTUDO NA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – ADH EM TERESINA-PI** como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo.